

Adiada votação da semana inglesa

ERALDO PERES

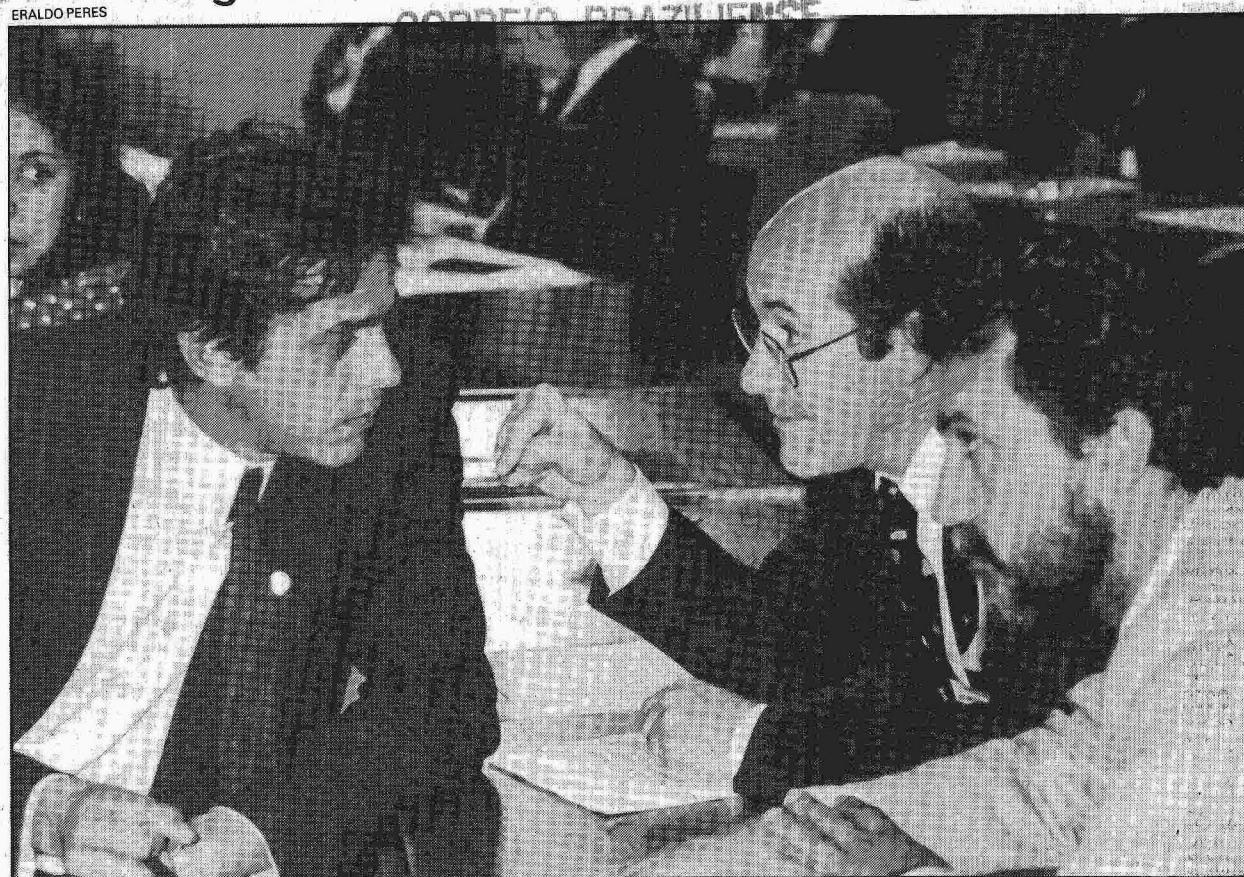
A Câmara Legislativa adiou para amanhã a apreciação do voto do governador Joaquim Roriz ao projeto que institui a semana inglesa no Distrito Federal. A votação, marcada para hoje, foi mais uma vez adiada devido à discussão do projeto que cria a cidade estrutural, que tomou toda a tarde de ontem e impossibilitou a reunião final que iria definir o texto da proposta.

O líder do governo, deputado Maurílio Silva (PTR), disse que a maioria dos deputados, pelo menos 13, defende a manutenção do voto de Roriz e a negociação de um segundo projeto, que já está pronto. A nova proposta permite a abertura do comércio de terça a sexta-feira das 8h às 22h, aos sábados de 8h às 18h, e na segunda-feira haveria uma compensação, com as lojas abrindo a partir das 10h, ao invés de 8h como é hoje.

O projeto alternativo foi elaborado pelos deputados Fernando Naves (PDC), Benício Tavares, Edimar Pirineus (PDT) e Maria de Lourdes Abadia (PSDB), com a participação do líder do governo. Na opinião da tucana Maria de Lourdes, essa nova proposta "vai desagradar a gregos e a troianos", mas é uma tentativa para sair do impasse. "Nós queremos garantir algum ganho à classe trabalhadora, elaborando uma lei que não será vetada pelo governador", observou. Segundo ela, a estratégia é manter o voto governamental e em seguida protocolar o projeto alternativo.

O relator do projeto da semana inglesa, deputado Geraldo Magela (PT), disse que essa proposta não contará com o apoio dos petistas: "Esse projeto vai contra os interesses dos comerciários, nós defendemos a derrubada do voto para depois negociar uma proposta alternativa", observou.

O projeto assinado por Maria de Lourdes e os outros três deputados prevê um artigo para as lojas comerciais que já fecham às 12h de sábado.



Deputados adiam a apreciação do voto à semana inglesa e elaboram um projeto alternativo

Projeto alternativo provoca polêmica

O projeto alternativo elaborado pela Câmara Legislativa sobre a semana inglesa desagradou os comerciários e parte dos comerciantes. Os comerciários não aceitam qualquer projeto que substitua o aprovado em plenário, enquanto os comerciantes acham que alguns pontos ficaram vagos.

Para o presidente do Sindicato dos Comerciários, Raimundo Neves, "não interessa" este projeto consensual porque "ele não é semana inglesa". O importante, segundo ele, é tentar derrubar o voto de Roriz com o apoio dos 22 deputados que garantiram sua aprovação, por unanimidade. Depois disto, "existe até a possi-

bilidade de negociar um projeto alternativo, já que a lei só entrará em vigor 30 dias depois da votação".

Quem não pretende tomar partido na discussão é o Sindicato do Comércio Varejista, que de acordo com seu presidente, Ney Carneiro, não vai formular nenhum projeto alternativo para a semana inglesa. O que se pleiteia é somente o livre funcionamento do comércio, respeitando as 44 horas de trabalho. "Se o governador tomar a decisão de abrir ou fechar o comércio teremos de cumprir, sem nada a discutir". Caso o projeto consensual seja aprovado pelos parlamentares e governador, Ney garante: "Não

terei nada a questionar".

A Associação Comercial do Distrito Federal posicionou-se parcialmente favorável ao projeto consensual. O primeiro secretário da ACDF, José Rocha, afirmou que a semana inglesa é mais complexa do que se pode imaginar. Para ele, o alternativo deveria ampliar o horário de 10h para o meio-dia. Além disso, ele questiona se existe algum tipo de abertura para a negociação em torno do horário de funcionamento do comércio. "Se houver, nós somos contra". Segundo José Rocha, o sindicato não poderá ficar com o poder de negociar o horário de trabalho. "Isto deve vir definido na própria lei".